



COMAB – COMISSÃO MISTA ARGENTINO – BRASILEIRA
PARA A PONTE SÃO BORJA – SANTO TOMÉ

COMAB – COMISION MIXTA ARGENTINO – BRASILEÑA
PARA EL PUENTE SANTO TOMÉ – SÃO BORJA

RESOLUÇÃO COMAB Nº 005, DE 28 DE AGOSTO DE 2026	RESOLUCIÓN COMAB Nº 005, DE 28 DE AGOSTO DE 2026
Aprova a metodologia e critérios para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro derivada de eventos extraordinários, estabelece prazo para solicitar a recomposição derivada de vícios ocultos, e aprova esclarecimentos em relação à Cláusula 9 – Verificador, e à alínea h) do item 1 do Anexo C - Mecanismo de Pagamento de Outorga Variável do contrato de concessão relativo ao Edital nº 01/2025 sob competência da COMAB.	Aprueba metodología y criterios para la recomposición del equilibrio económico-financiero derivada de eventos extraordinarios, establece plazo para solicitar la recomposición derivada de vicios ocultos, y aprueba aclaraciones relativas a la Cláusula 9 – Auditor Independiente, y al inciso h) del ítem 1 del Adjunto C - Mecanismo de Pago de Canon Variable del contrato de concesión relativo al Pliego nº 01/2025 bajo competencia de la COMAB.
A PRESIDENTE E O SECRETÁRIO DA Comissão Mista Argentino-Brasileira - COMAB, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Regulamento da COMAB, e tendo em vista o deliberado na Reunião ordinária da COMAB Nº 127, realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2026, em Puerto Iguazú, Misiones, Argentina: CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos contratuais destinados à preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o tratamento de eventos extraordinários que impactem a sustentabilidade econômico-financeira do empreendimento; CONSIDERANDO a conveniência de estabelecer prazo específico para apresentação de pleitos decorrentes de vícios ocultos em bens vinculados à concessão;	LA PRESIDENTE Y EL SECRETARIO DE LA COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA - COMAB, en uso de las atribuciones que les confiere el artículo 3º del Reglamento de la COMAB, y teniendo en cuenta lo deliberado en la Reunión ordinaria de la COMAB Nº 127, realizada los días 27 y 28 de agosto de 2026, en Puerto Iguazú, Misiones, Argentina: CONSIDERANDO la necesidad de perfeccionamiento de los mecanismos contractuales destinados a la preservación del equilibrio económico-financiero de la concesión; CONSIDERANDO la necesidad de disciplinar el tratamiento de eventos extraordinarios que impacten la sostenibilidad económico-financiera del emprendimiento; CONSIDERANDO la conveniencia de establecer un plazo específico para la presentación de reclamos derivados de

CONSIDERANDO o disposto na subcláusula 23.2.1 do contrato de concessão Nº 01/2025, celebrado entre a COMAB e a Concessionária CS Rodovias Mercosul; CONSIDERANDO a necessidade de esclarecimentos e aprimoramento dos mecanismos de verificação independente e avaliação da conformidade dos investimentos, obras e serviços executados pela concessionária; CONSIDERANDO as deliberações da COMAB acerca da modernização dos instrumentos regulatórios aplicáveis ao contrato de concessão nº 01/2025, em especial a Resolução COMAB Nº 006/2025, que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de revisar e atualizar integralmente o acervo normativo da DELCON/COMAB; CONSIDERANDO a proposta de resolução apresentada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução COMAB nº 006/2025; RESOLVEM:	vícios ocultos en bienes vinculados a la concesión; CONSIDERANDO lo dispuesto en la su cláusula 23.2.1 del contrato de concesión Nº 01/2025, celebrado entre la COMAB y la Concesionaria CS Rodovias Mercosul; CONSIDERANDO la necesidad de esclarecimientos y perfeccionamiento de los mecanismos de auditoria independiente y evaluación de la conformidad de las inversiones, obras y servicios ejecutados por la concesionaria; CONSIDERANDO las deliberaciones de la COMAB acerca de la modernización de los instrumentos regulatorios aplicables al contrato de concesión nº 01/2025, en especial la Resolución COMAB Nº 006/2025, que instituyó Grupo de Trabajo con la finalidad de revisar y actualizar integralmente el acervo normativo de la DELCON/COMAB; CONSIDERANDO la propuesta de resolución presentada por el Grupo de Trabajo instituido por la Resolución COMAB Nº 006/2025; RESUELVEN:
Art. 1º Regular a metodologia e os critérios para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de eventos extraordinários, e o prazo para reclamação de vícios ocultos.	Art. 1º Reglamentar la metodología y los criterios para la recomposición del equilibrio económico-financiero de eventos extraordinarios, y el plazo para reclamación de vicios ocultos.
Art. 2º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão poderá ser requerida pela concessionária quando o impacto anual decorrente de eventos extraordinários específicos superar	Art. 2º La recomposición del equilibrio económico-financiero de la concesión podrá ser solicitada por la concesionaria cuando el impacto anual derivado de eventos extraordinarios específicos supere el

9,86%¹ (nove vírgula oitenta e seis por cento) da receita bruta anual da concessionária, apurada em balanço auditado. § 1º Para os efeitos da presente metodologia, os impactos correspondentes a distintos eventos extraordinários poderão ser acumulados exclusivamente dentro do respectivo exercício. Não poderão ser acumulados impactos correspondentes a distintos exercícios, nem poderão ser transferidos para períodos posteriores os percentuais, excedentes ou saldos que não tenham dado lugar à recomposição no exercício correspondente. § 2º Esta Resolução aplica-se exclusivamente aos riscos contratualmente alocados a Concessionária que foram impactados por eventos extraordinários. § 3º Permanecem regidos exclusivamente pelo Contrato de Concessão, não se sujeitando ao gatilho de materialidade nem à margem de absorção financeira previstos nesta Resolução: I – os eventos cujos riscos sejam alocados ao Poder Concedente; II – os casos de fato do príncipe, fato da administração, caso fortuito ou força maior; e III – os eventos que impeçam, suspendam ou restrinjam a operação,	9,86%³ (nueve coma ochenta y seis por ciento) de los ingresos brutos anuales de la concesionaria, verificados en balance auditado. § 1º A los efectos de la presente metodología, los impactos correspondientes a los distintos eventos extraordinarios podrán acumularse exclusivamente dentro del respectivo ejercicio. No podrán acumularse impactos correspondientes a distintos ejercicios ni trasladarse a períodos posteriores los porcentajes, excedentes o saldos que no hubieran dado lugar a recomposición en el ejercicio correspondiente. § 2º Esta Resolución se aplica exclusivamente a los riesgos contractualmente asignados a la Concesionaria que hayan sido impactados por eventos extraordinarios. § 3º Permanecen regidos exclusivamente por el Contrato de Concesión, no sujetándose al umbral de materialidad ni al margen de absorción financiera previstos en esta Resolución: I – los eventos cuyos riesgos sean asignados al Poder Concedente; II – los casos de hecho del príncipe, hecho de la administración, caso fortuito o fuerza mayor; y III – los eventos que impidan suspendan o restrinjan la operación, en
---	--

¹ O gatilho de materialidade adotado nesta Resolução foi definido conforme os critérios estabelecidos na Nota Técnica da Infra S.A. (Anexo II), a qual estabelece os parâmetros metodológicos e os limites de relevância para identificação e avaliação dos impactos considerados materiais no contexto da análise.

³ El umbral de materialidad adoptado en la presente Resolución fue definido de conformidad con los criterios establecidos en la Nota Técnica de Infra S.A. (Adjunto I), la cual establece los parámetros metodológicos y los límites de relevancia para la identificación y evaluación de los impactos considerados materiales en el contexto del análisis.

nos termos e condições previstos no Contrato de Concessão. § 4º O reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, será limitado ao montante estritamente necessário à recomposição do equilíbrio do Contrato de Concessão, observada a alocação contratual de riscos. I - A caracterização do choque extraordinário e a apuração de seu impacto econômico-financeiro deverão ser fundamentadas em evidências técnicas idôneas, sempre que sejam pertinentes, verificáveis e tecnicamente justificadas, incluindo, entre outras, estudos econômicos, pareceres técnicos, relatórios de auditoria, notas técnicas, séries históricas, dados operacionais da concessionária e indicadores macroeconômicos. II - Poderão ser utilizadas como referência as séries históricas de tráfego, receitas e custos da travessia, inclusive aquelas anteriores à celebração do Contrato de Concessão, bem como as disponibilizadas pela DELCON ou provenientes de fontes públicas, desde que se mostrem pertinentes, verificáveis e razoavelmente comparáveis ao período objeto de análise. Não será necessária a demonstração individualizada do impacto econômico-financeiro correspondente a cada evento quando for suficientemente comprovado o impacto conjunto dos eventos extraordinários verificados no respectivo exercício. Isso não eximirá de comprovar a existência e o caráter extraordinário dos eventos invocados, bem como sua incidência no impacto econômico-financeiro cuja recomposição é solicitada.	los términos y condiciones previstos en el Contrato de Concesión. § 4º El reequilibrio económico-financiero, cuando proceda, estará limitado al monto estrictamente necesario para la recomposición del equilibrio del Contrato de Concesión, observada la asignación contractual de riesgos. I - La caracterización del choque extraordinario y la determinación de su impacto económico-financiero deberán estar fundamentadas en evidencias técnicas idóneas, siempre que sean pertinentes, verificables y técnicamente justificadas, incluyendo, entre otras, estudios económicos, dictámenes técnicos, informes de auditoría, notas técnicas, series históricas, datos operacionales de la concesionaria e indicadores macroeconómicos. II - Podrán ser utilizadas como referencia las series históricas de tráfico, ingresos y costos de la travesía, inclusive aquellas anteriores a la celebración del Contrato de Concesión, así como las disponibilizadas por la DELCON o provenientes de fuentes públicas, siempre que resulten pertinentes, verificables y razonablemente comparables con el período objeto de análisis. No será necesaria la demostración individualizada del impacto económico-financiero correspondiente a cada evento cuando se acredite suficientemente el impacto conjunto de los eventos extraordinarios verificados en el respectivo ejercicio. Ello no eximirá de acreditar la existencia y carácter extraordinario de los eventos invocados, así como su incidencia en el impacto económico-financiero cuya recomposición se solicita.
--	--

§ 5º Considera-se preservado o equilíbrio econômico-financeiro quando mantida a relação entre encargos e vantagens conforme definida pela proposta vencedora na licitação, observada a alocação de riscos. § 6º A revisão do percentual do Gatilho de Materialidade será realizada a cada cinco anos, observado o disposto na metodologia constante da Nota Técnica da Infra S.A. (Anexo II). § 7º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada mediante a aplicação da seguinte fórmula²: $Reeq = Choque - MAF$ Onde: Choque: variação relevante e não prevista dos custos, dos tributos, das receitas ou dos investimentos do empreendimento, decorrente de evento superveniente alheio à gestão ordinária da concessionária, considerado o impacto conjunto dos eventos verificados no respectivo exercício. MAF: parcela do impacto econômico-financeiro absorvida pela Concessionária, equivalente ao percentual previsto no caput incidente sobre a receita bruta anual do exercício, operando como limite para eventual recomposição. § 8º Apurado o valor da recomposição na forma deste artigo, a sua implementação observará os meios	§ 5º Se considera preservado el equilibrio económico-financiero cuando se mantiene la relación entre encargos y ventajas conforme definida por la oferta ganadora en la licitación, observada la asignación de riesgos. § 6º La revisión del porcentaje del Umbral de Materialidad se realizará cada cinco años, observado lo dispuesto en la metodología constante de la Nota Técnica de Infra S.A. (Anexo II). § 7º La recomposición del equilibrio económico-financiero se implementará mediante la aplicación de la siguiente fórmula⁴: $Reeq = Choque - MAF$ Donde: Choque: variación relevante e imprevista de los costos, de los tributos, de los ingresos o de las inversiones del emprendimiento, derivada de un hecho sobreviniente ajeno a la gestión ordinaria de la Concesionaria, considerado el impacto conjunto de los eventos verificados durante el respectivo ejercicio. MAF: Porción del impacto económico-financiero absorbida por la Concesionaria, equivalente al porcentaje previsto en el caput, incidente sobre los ingresos brutos anuales del ejercicio, que opera como límite para una eventual recomposición. § 8º Determinado el valor de la recomposición en la forma de este
--	---

²A fórmula de reequilíbrio adotada na presente Resolução segue os parâmetros e premissas definidos na Nota Técnica da Infra S.A. (Anexo II), garantindo a consistência metodológica na determinação dos impactos econômico-financeiros considerados.

⁴ La fórmula de reequilíbrio adoptada en la presente Resolución sigue los parámetros y supuestos definidos en la Nota Técnica de Infra S.A. (Adjunto II), garantizando la consistencia metodológica en la determinación de los impactos económico-financieros considerados.

previstos na subcláusula 23.3.1 do Contrato de Concessão e a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal prevista na subcláusula 23.4, assegurado valor presente líquido nulo dos fluxos marginais, com os impactos referenciados às datas de sua ocorrência e atualizados, pela taxa de desconto da referida metodologia, até a data da efetiva implementação da recomposição.	artículo, su implementación observará los medios previstos en la subcláusula 23.3.1 del Contrato de Concesión y la metodología del Flujo de Caja Marginal prevista en la subcláusula 23.4, asegurado valor presente neto nulo de los flujos marginales, con los impactos referenciados a las fechas de su ocurrencia y actualizados, por la tasa de descuento de la referida metodología, hasta la fecha de la efectiva implementación de la recomposición.
Art. 3º O direito de requerer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de vício oculto em bem integrante da concessão decai em 1 (um) ano, contado da data de sua constatação pela concessionária, formalizada mediante ofício dirigido à DELCON. Parágrafo único. Para os vícios ocultos constatados antes da entrada em vigor desta Resolução, o prazo previsto no caput conta-se da data de sua publicação.	Art. 3º El derecho a solicitar la recomposición del equilibrio económico-financiero derivado de vicio oculto en bien integrante de la concesión decae en 1 (un) año, contado desde la fecha de su constatación por la concesionaria, formalizada mediante oficio dirigido a la DELCON. Párrafo único. Para los vicios ocultos constatados antes de la entrada en vigor de esta Resolución, el plazo previsto en el caput se cuenta desde la fecha de su publicación.
Art. 4º Aprovar os esclarecimentos em relação à Cláusula 9 – Verificador e à alínea h) do item 1 do Anexo C - Mecanismo de Pagamento de Outorga Variável do Contrato de Concessão nº 01/2025, celebrado entre a COMAB e a Concessionária CS Rodovias Mercosul, nos termos constantes do Anexo I desta Resolução.	Art. 4º Aprobar los esclarecimientos en relación con la Cláusula 9 – Auditor Independiente y el inciso h) del ítem 1 del Adjunto C - Mecanismo de Pago de Canon Variable del Contrato de Concesión nº 01/2025, celebrado entre la COMAB y la Concesionaria CS Rodovias Mercosul, en los términos constantes del Adjunto I de esta Resolución.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 5º Esta Resolución entra en vigor en la fecha de su publicación.

Viviane Esse Presidente da COMAB Ricardo Botana Secretário da COMAB Ministério das Relações Exteriores do Brasil Ministério das Relações Exteriores, Culto e Comércio Internacional da Argentina	Viviane Esse Presidenta de la COMAB Ricardo Botana Secretario de la COMAB Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil Ministerio de Relaciones Exteriores, Culto y Comercio Internacional de Argentina
--	--

ANEXO I / ADJUNTO I ESCLARECIMENTOS / ESCLARECIMIENTOS <i>Cláusula 9 — Verificador Independente / Auditor Independiente</i>	
PORTUGUÊS	ESPAÑOL
1. REGIME DE DESIGNAÇÃO	1. RÉGIMEN DE DESIGNACIÓN
1.1 A COMAB, em conformidade com a subcláusula 9.1 e da alínea h do item 1 do Anexo C - Mecanismo de Pagamento de Outorga Variável do Contrato de Concessão nº 01/2025 participará da seleção do Verificador Independente, na qualidade de Poder Concedente, sem prejuízo do disposto na subcláusula 9.9 do Contrato. A contratação da empresa indicada será formalizada pela concessionária, as suas expensas.	1.1 La COMAB, de conformidad con la su cláusula 9.1 y el inciso h del ítem 1 del Adjunto C - Mecanismo de Pago de Canon Variable del Contrato de Concesión n.º 01/2025, participará en la selección del Auditor Independiente, en calidad de Poder Concedente, sin perjuicio de lo dispuesto en la su cláusula 9.9 del Contrato. La contratación de la empresa indicada será formalizada por la concesionaria, a su costo.
1.2. O procedimento de seleção do Verificador Independente será realizado conforme o estabelecido no ponto 2 do presente Anexo.	1.2. El procedimiento de selección del Auditor Independiente se realizará conforme a lo establecido en el punto 2 del presente Adjunto.
1.3. As medidas e os custos necessários para a realização das atividades do Verificador Independente, inspeções e correções de não conformidades serão integralmente cobertos pela Concessionária, conforme a subcláusula 9.9 do Contrato.	1.3. Las medidas y costos necesarios para la realización de las actividades del Auditor Independiente, inspecciones y correcciones de no conformidades serán cubiertos íntegramente por la Concesionaria, conforme a la su cláusula 9.9 del Contrato.
2. PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO	2. PROCEDIMIENTO DE SELECCIÓN
2.1. O processo de seleção do Verificador Independente será realizado de acordo com as normas de contratação do país a cujo biênio	2.1. El proceso de selección del Auditor Independiente se hará bajo las normas de contratación del país a cuyo bienio

corresponda a designação, conforme a subcláusula 9.6 do Contrato: (i) nos dois primeiros anos da Concessão, o processo seguirá as normas aplicáveis na República Argentina; (ii) nos dois anos seguintes, as normas aplicáveis na República Federativa do Brasil; e assim sucessivamente em períodos alternados de dois anos.	corresponda la designación, conforme a la su cláusula 9.6 del Contrato: (i) en los dos primeros años de la Concesión, el proceso se ajustará a las normas aplicables en la República Argentina; (ii) en los dos años siguientes, a las normas aplicables en la República Federativa del Brasil; y así sucesivamente en períodos alternados de dos años.
2.2. O processo de seleção será conduzido pela Delegação correspondente ao país responsável pelo biênio vigente, no âmbito das faculdades de supervisão reconhecidas à COMAB na Cláusula 12 do Contrato e no Artigo 13 do Regulamento da COMAB.	2.2. El proceso de selección será conducido por la Delegación correspondiente al país responsable del bienio vigente, en el marco de las facultades de supervisión reconocidas a la COMAB en la Cláusula 12 del Contrato y en el Artículo 13 del Reglamento de la COMAB.
2.3. Para ser considerado apto em qualquer processo de seleção, o Verificador Independente candidato deverá satisfazer os requisitos previstos nas subcláusulas 9.2, 9.5, 9.6, 9.7 e 9.8 do Contrato, os quais são plenamente aplicáveis e não são modificados pela presente Resolução.	2.3. Para ser considerado en cualquier proceso de selección, el Auditor Independiente candidato deberá satisfacer los requisitos previstos en las sus cláusulas 9.2, 9.5, 9.6, 9.7 y 9.8 del Contrato, los cuales resultan plenamente aplicables y no son modificados por la presente Resolución.
2.4. Biênio argentino. Durante os períodos em que sejam aplicáveis as normas da República Argentina, a DELCON AR realizará um procedimento de seleção conforme a normativa vigente em matéria de contratações públicas da República Argentina, do qual resultará uma ordem de mérito com as três (3) empresas mais bem classificadas que atendam aos requisitos de	2.4. Bienio argentino. Durante los períodos en que sean aplicables las normas de la República Argentina, la DELCON AR realizará un procedimiento de selección conforme a la normativa vigente en materia de contrataciones públicas de la República Argentina, del cual resultará un orden de mérito con las tres (3) empresas mejor calificadas que cumplan los requisitos de elegibilidad.

elegibilidade. Essa ordem de mérito será submetida pela DELCON AR à COMAB para sua aprovação. 2.4.1. A contratação recairá sobre uma das três (3) empresas aprovadas. 2.4.2. Caso a COMAB recuse ou não aprove a proposta, será solicitada novamente à DELCON AR a realização de novo procedimento de seleção conforme o previsto neste ponto.	Dicho orden de mérito será elevado por la DELCON AR a la COMAB para su aprobación. 2.4.1. La contratación recaerá sobre una de las tres (3) empresas aprobadas. 2.4.2. En caso de que la COMAB objete o no apruebe la propuesta, se encomendará nuevamente a la DELCON AR la realización de un nuevo procedimiento de selección conforme a lo previsto en el presente punto.
2.5. <i>Biênio brasileiro.</i> Durante os períodos em que sejam aplicáveis as normas da República Federativa do Brasil, conforme a subcláusula 9.7, o Verificador deverá ser acreditado como organismo de avaliação da conformidade, a DELCON BR solicitará à Concessionária a apresentação de lista tríplice de empresas aptas a exercer a função de Verificador Independente. 2.5.1. A DELCON BR poderá recusar fundamentadamente a inclusão de uma ou mais empresas da lista tríplice com base em critérios objetivos de independência, qualificação técnica, experiência, capacidade operacional, integridade, conflito de interesses ou descumprimento dos requisitos previstos nas subcláusulas 9.2, 9.5, 9.7 e 9.8 do Contrato. Diante de cada objeção fundamentada, a Concessionária deverá apresentar uma empresa alternativa que atenda aos requisitos estabelecidos. 2.5.2. Uma vez que a DELCON BR tenha aprovado a lista tríplice resultante, a submeterá à COMAB para sua aprovação final. A contratação será	2.5. <i>Bienio brasileño.</i> Durante los períodos en que sean aplicables las normas de la República Federativa del Brasil, conforme a la su cláusula 9.7, el Auditor deberá estar acreditado como organismo de evaluación de la conformidad, la DELCON BR solicitará a la Concesionaria la presentación de una lista tríplice de empresas aptas para ejercer la función de Auditor Independiente. 2.5.1. La DELCON BR podrá objetar fundadamente la inclusión de una o más empresas de la lista tríplice con base en criterios objetivos de independencia, calificación técnica, experiencia, capacidad operativa, integridad, conflicto de intereses o incumplimiento de los requisitos previstos en las sus cláusulas 9.2, 9.5, 9.7 y 9.8 del Contrato. Ante cada objeción fundada, la Concesionaria deberá presentar una empresa alternativa que reúna los requisitos establecidos. 2.5.2. Una vez que la DELCON BR haya aprobado la lista tríplice resultante, la elevará a la COMAB para su aprobación final. La contratación la hará la

realizada pela Concessionária com uma das três empresas propostas. 2.5.3. Caso a COMAB recuse ou não aprove a lista tríplice, será solicitada novamente à DELCON BR a realização de novo procedimento conforme o previsto neste ponto.	Concesionaria sobre una de las tres empresas propuestas. 2.5.3. En caso de que la COMAB objete o no apruebe la lista tríplice, se encomendará nuevamente a la DELCON BR la realización de un nuevo procedimiento conforme a lo previsto en el presente punto.
3. CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO	3. CONTRATACIÓN Y PAGO
3.1. Uma vez selecionado o Verificador Independente, a Concessionária providenciará a formalização do respectivo contrato de prestação de serviços nos termos indicados pela COMAB, remetendo cópia do instrumento assinado à DELCON no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir de sua assinatura.	3.1. Una vez seleccionado el Auditor Independiente, la Concesionaria procederá a la formalización del respectivo contrato de prestación de servicios en los términos que la COMAB indique, remitiendo copia del instrumento suscripto a la DELCON dentro de los 5 (cinco) días hábiles de su firma.
3.2. O valor da contratação do Auditor Independente está limitado a USD 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) anuais, a serem atualizados pelo CPI. 3.2.1. Esse valor, poderá ser revisto exclusivamente nos seguintes casos: (a) modificação do objeto dos serviços prestados no âmbito da verificação independente, acordada pelas Partes mediante resolução da COMAB; (b) necessidade de atualização do valor, mediante solicitação motivada da Concessionária que comprove a insuficiência do montante vigente para contratar um Verificador Independente que atenda aos requisitos do Contrato, sujeita à aprovação da COMAB.	3.2. El importe de la contratación del Auditor Independiente se limita a USD 100.000,00 (cien mil dólares estadounidenses) anuales, a ser actualizados por el IPC. 3.2.1. Dicho importe, podrá revisarse únicamente en los siguientes casos: (a) modificación del objeto de los servicios prestados en el marco de la auditoría/verificación independiente, acordada por las Partes mediante resolución de la COMAB; (b) necesidad de actualizar el importe, mediante solicitud motivada de la Concesionaria que acredite la insuficiencia del monto vigente para contratar un Auditor Independiente que cumpla los requisitos del Contrato, sujeta a aprobación de la COMAB.

3.3. A Concessionária será a parte contratante e assumirá em nome próprio a totalidade das obrigações decorrentes do contrato celebrado com o Verificador Independente. Isso não gera relação jurídica alguma entre o Verificador Independente e a COMAB.	3.3. La Concesionaria será la parte contratante y asumirá en nombre propio la totalidad de las obligaciones emergentes del contrato celebrado con el Auditor Independiente. Ello no genera relación jurídica alguna entre el Auditor Independiente y la COMAB.
3.4. O Verificador Independente contratado deverá apresentar à DELCON, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da assinatura do contrato, o planejamento detalhado das atividades para o respectivo biênio.	3.4. El Auditor Independiente contratado deberá presentar a la DELCON, dentro de los 30 (treinta) días corridos desde la firma del contrato, el planeamiento detallado de sus actividades para el bienio correspondiente.

